

HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS

Estudo Técnico Preliminar 553/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23534008998202524

2. Introdução

O presente estudo tem por objetivo identificar a viabilidade técnica e econômica para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES para suprir a demanda do Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos (HUPES), filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), pelo período de 12 (doze) meses.

Não é necessário classificar este documento com graus de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3. Descrição da necessidade

A aquisição desses serviços é destinada para atender a demanda permanente de todas as Unidades do Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos /EBSERH;

Ressaltamos que contratação de serviços de manutenção e recarga de extintores visa a proteção dos colaboradores, pacientes e transeuntes que diariamente laboram, estão internados, consultam ou circulam pelas dependências do hospital, bem como a proteção do patrimônio público no caso de sinistro, além da necessidade obrigatória de atendimento a legislação federal (Norma Regulamentadora N^o 23 – NR-23), estadual (Lei N^o 12.929 de 27/12/2013), municipal (Decreto N^o 23.252 de 18/09/2012) e instrução técnica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (IT N^o 05 – 2018 e IT N^o 21 - 2017).

Caso não ocorra a prestação dos serviços acima citados, o HUPES poderá sofrer sanções legais (multas) até ser passível de interdição. Além do risco em caso de ocorrência de princípio de incêndio, não temos os meios adequados e necessários para combatê-lo para evitar exposição de vidas humanas e de danos ao patrimônio.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|-----------------------------------|
| Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho | Vanessa Cristiani de Brito Farias |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dos requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

As manutenções e recargas serão realizadas na unidade da contratada respeitando as condições e prazos estabelecidos pela legislação, podendo em casos extraordinários serem solicitadas pela fiscalização do contrato. A coleta dos extintores e devolução após intervenção será realizada no horário das 07h às 17h, onde o preposto da contratada deverá se dirigir ao seguinte endereço:

EBSERH - FILIAL HUPES

Local: Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) – 1º Andar HUPES

Endereço: R PADRE FEIJÓ, s/n, CANELA – Salvador/BA.

Telefone: (71) 3646-3856

Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive o transporte dos extintores para a oficina de manutenção da empresa e retorno para o HUPES, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá fornecer o objeto adquirido, conforme especificações, prazos e preços indicados na Aquisição supracitada;

O prazo para início dos serviços deverá ser no máximo 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor, desde que já tenha sido liberada a Nota de Empenho, conforme a descrição do objeto aderido e ofertado pela empresa.

Após formalização da solicitação o prazo de início de fornecimento do serviço é improrrogável e sob hipótese alguma será acatada solicitação de prorrogação do referido prazo.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização da licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições e recebimento.

Caberá à CONTRATANTE rejeitar no total ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações apresentadas.

Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nos incisos deste Item a CONTRATADA ficará passível da aplicação das penalidades previstas no artigo “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”, do Edital.

A CONTRATADA, para participar do certame, deve ainda apresentar:

Será exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, que junto com a documentação na fase de habilitação apresente Declaração de Capacidade Técnica e comprovação de que a mesma atende aos requisitos da Portaria do Inmetro N.º 005, de 04 de janeiro de 2011, que estabelece o regulamento técnico da qualidade para os serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio e apresentar cópia da certificação do Inmetro, conforme Portaria Inmetro nº 158 /2006, endereçada a Unidade de Licitação da filial HUPES - EBSERH no prazo estabelecido no edital.

6. Legislação Aplicável

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2.013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, que regulamenta as licitações e contratos para aquisição de bens e serviços pela Ebserh, e dá outras providências;

Norma Operacional - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

Norma Regulamentadora N^o 23 – NR-23;

Lei Nº 12.929 de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - FUNEBOM, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências;

Lei nº 9.281 de 03 de outubro de 2017, que estabelece normas de proteção contra incêndio e pânico em seu artigo nº 30.

Decreto Nº 23.252 de 18/09/2012, que regulamenta disposições da Lei nº 3.077, de 05 de dezembro de 1979, que estabelece normas de segurança contra incêndio e pânico;

Instrução técnica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (IT Nº 05 – 2018 e IT Nº 21 - 2017).

7. Levantamento de Mercado

O estudo ou levantamento de mercado foi formulado principalmente por intermédio das experiências vivenciadas em processos licitatórios passados; bem como durante a realização da pesquisa mercadológica, a qual foi necessária para estimar o orçamento da licitação, sempre levando em consideração as características dos serviços demandados e da necessidade interna destes, que visam atender às necessidades desta Instituição e a legislação vigente.

O estudo ou levantamento de mercado encontra-se no Anexo II (Pesquisa Mercadológica), conforme NUP 1547076.

Após análise das licitações anteriores e das outras metodologias utilizadas na pesquisa de mercado, observou-se que não houve modificações nas formas de contratação dessa categoria de serviços e essas deverão ser contempladas na licitação a ser realizada a posteriori. Constatou-se ainda nos certames pesquisados, que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta licitam de forma semelhante a esta entidade. Dessa forma, não vislumbramos justificativa que enseje a mudança da atual metodologia de contratação, até mesmo para evitar entendimentos inconsistentes por parte do mercado interessado.

Os serviços a serem contratados estão descritos na planilha no Anexo I, razão pela qual recomenda-se a adoção de licitação nos moldes do pregão eletrônico a teor do que dispõe o art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016.

Os serviços a serem contratados apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, conforme apregoam os normativos regidos pela Lei 10.520/02, Lei 13.303/2016, Decreto 3.555/00 e Decreto 5.450/05.

Ante as características de solicitação destes serviços, mostra-se que há necessidade de solicitações constantes, porém não há definição do quantitativo exato que será solicitado em cada mês durante a vigência da ata, ou seja, a solicitação dos serviços será realizada mediante necessidade da Instituição, razão pela qual é prudente a utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP para contratações futuras em um período de 12 (doze) meses, na forma do art. 63, III do supracitado Estatuto das Estatais.

Por consectário da utilização do procedimento auxiliar (SRP) será necessária a formalização de Ata de Registro de Preços - ARP com o(s) Fornecedor(es) Adjudicatário(s), através da qual serão vinculadas as obrigações da prestação do serviço, com características de compromisso para as constantes solicitações, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, a qual juntamente com a Nota de Empenho poderão substituir a figura do Contrato Administrativo.

Estes serviços são solicitados em nossa instituição, com oscilações de demanda, sendo conveniente a escolha da licitação pelo Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no Decreto n.º 7.892/2013 de 21/03/2013, Art. 3º, Inciso IV, promovendo uma gestão eficiente, adequado à necessidade Institucional e viabilizando o comprometimento orçamentário anual;

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

8. Descrição da solução como um todo

Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de Serviços de Manutenção dos Extintores de Incêndio do Complexo HUPES (incluindo recarga, testes hidrostáticos e substituição de peças defeituosas eventualmente encontradas conforme determina normas do INMETRO), de forma parcelada, para atender às necessidades do Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

| GRUPO 1 - ÚNICO (ITENS 1 a 16) | | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|-------------------------|------------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO CATSER | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE ANUAL HUPES |

| | | | | |
|----|--|------|---------|-----|
| 1 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de AP 10L | 3662 | UNIDADE | 130 |
| 2 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores AP 10L | 3662 | UNIDADE | 130 |
| 3 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 4 Kg | 3662 | UNIDADE | 67 |
| 4 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 4 Kg | 3662 | UNIDADE | 67 |
| 5 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 6 Kg | 3662 | UNIDADE | 74 |
| 6 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 6 Kg | 3662 | UNIDADE | 74 |
| 7 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 8 Kg | 3662 | UNIDADE | 93 |
| 8 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 8 Kg | 3662 | UNIDADE | 93 |
| 9 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 12 Kg | 3662 | UNIDADE | 4 |
| 10 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 12 Kg | 3662 | UNIDADE | 4 |
| 11 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de CO2 4 Kg | 3662 | UNIDADE | 11 |
| 12 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de CO2 4 Kg | 3662 | UNIDADE | 11 |
| 13 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de CO2 6 Kg | 3662 | UNIDADE | 93 |
| 14 | Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de CO2 6 Kg | 3662 | UNIDADE | 93 |
| 15 | Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PÓ ABC 6KG | 3662 | UNIDADE | 10 |
| 16 | Serviço de Manutenção de Nível III Teste Hidrostático nos Extintores de PÓ ABC 6KG | 3662 | UNIDADE | 10 |

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo estimado visa a cobertura de manutenções dos equipamentos do HUPES por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços. O referido quantitativo foi definido com base no histórico de consumo do quantitativo de manutenções realizadas nos últimos cinco anos.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o que determina a Norma Operacional - SEI nº 3 /2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, com os devidos cálculos de média aritmética e todos os documentos comprobatórios.

Os estudos sobre preços referenciais constam no Processo 23534.016655/2025-33, de caráter restrito, considerando o tratamento sigiloso do orçamento desta contratação, respaldado pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

Obs.: O valor informado é meramente simbólico.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Seguem as justificativas para balizar o critério de pesquisas de atas pela associação dos itens em GRUPO, garantindo que todos os itens do grupo sejam fornecidos por apenas uma empresa:

Justifica-se a aquisição por grupo para facilitar a gestão dos serviços a serem realizados e a sua devida necessidade de padronização na realização dos serviços, tendo em vista que há uma interdependência entre os itens;

A licitação possui itens com quantidade não atrativa, caso um prestador de serviço tornasse vencedor de apenas 01 (um) único item;

Os interessados deverão seguir a orientação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) quando se trata de aquisição realizada em GRUPO, disponível no link:

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/862-global>

A orientação referencia os Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901 /2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário que orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG) que:

No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

Os editais de licitações deverão prever cláusulas que impeçam a aquisição diferente desta Orientação.

Os acórdãos poderão ser acessados na íntegra no portal do órgão do Tribunal de Contas da União.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O presente processo independe de outras licitações.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAR do Hospital Universitário Professor Edgard Santos para o exercício de 2025.

14. Participação de ME/EPP

A reserva de cotas de participação para ME/EPP, embora prevista na legislação, pode gerar efeitos contrários ao interesse público em determinadas situações. No presente caso, a adoção dessa medida não se mostra vantajosa pelos seguintes motivos:

Preservação da competitividade e da ampla concorrência

A reserva de cotas pode restringir a participação de fabricantes, distribuidores e empresas de grande porte, que usualmente oferecem preços mais competitivos. Assim, a não aplicação da cota assegura maior competitividade entre os licitantes e preserva a ampla concorrência.

Impacto econômico nas propostas apresentadas

As propostas apresentadas por ME/EPP em cotas reservadas tendem, em muitos casos, a superar os preços obtidos em ampla concorrência, podendo resultar em contratações economicamente desvantajosas para a Administração. Considera-se, portanto, não vantajosa a contratação quando esta implicar valores superiores ao preço de referência estabelecido.

Estrutura de custos das ME/EPP

A imposição de exclusividade ou de cotas reservadas pode ocasionar **distorções competitivas**, tendo em vista que os custos com tributos, transporte, margem de lucro e demais encargos incidem de forma uniforme em toda a cadeia de comercialização, da aquisição até a venda final. Esse cenário frequentemente coloca os preços praticados pelas ME/EPP em patamares mais elevados em comparação aos de empresas de maior porte, tornando a contratação menos vantajosa sob o aspecto econômico.

Dessa forma, a decisão de **não aplicar a cota de participação** fundamenta-se na necessidade de resguardar a economicidade, a competitividade e a ampla concorrência no certame, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Formação de Ata de Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses para possibilitar prestações de serviços constantes;

A opção pela utilização do SRP atende as características dos serviços a serem contratados, pela necessidade de oscilações de demanda, reproduzindo maior economicidade ao erário;

Atendimento a legislação federal (Norma Regulamentadora N^o 23 – NR-23), estadual (Lei N^o 12.929 de 27/12/2013), municipal (Decreto N^o 23.252 de 18/09/2012) e instrução técnica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (IT N^o 05 – 2018 e IT N^o 21 - 2017).

16. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução escolhida.

17. Possíveis Impactos Ambientais

O serviço não é passível de causar impactos ambientais significativos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

18.1 Justificativa da viabilidade

Por todo o exposto, o presente Estudo Preliminar evidenciou que a aquisição a ser realizada na forma descrita neste documento mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária, sendo, portanto, viável a aquisição pretendida.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIDNEI SANTOS DA CONCEICAO

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação

ISMAEL DE MELO LIMA

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação

EMERSON PORTUGAL LEAO DE ALMEIDA

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação



Assinou eletronicamente em 02/10/2025 às 16:18:29.